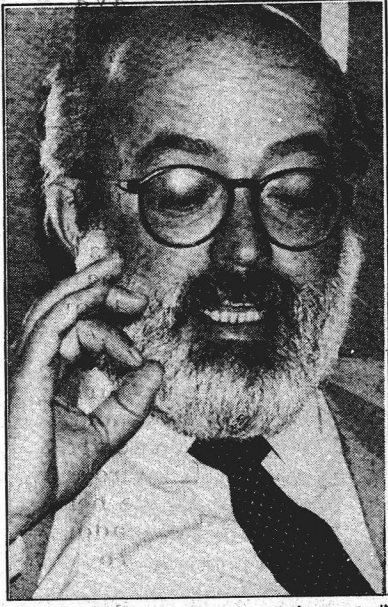




"Temos de mudar o regimento"

Líder do PPS ¹¹⁸ propõe combate à visão paroquial

De acordo com ele, o parlamentar tem de ser nacional, e não atuar como vereador

BRASÍLIA — O deputado Sérgio Arouca (PPS-RJ) quer que o Congresso aproveite a crise provocada pelo escândalo do Orçamento para operar profunda reforma interna. Segundo ele, é preciso que a Câmara atue como instância legislativa verdadeiramente nacional e discuta os grandes problemas do País, em vez de se ocupar de propostas de interesse paroquial dos deputados.



Estado — Como consequência imediata da crise, o que mais precisa ser alterado?

Sérgio Arouca — Mudando o Orçamento, tem de mudar também a cultura política e, portanto, voltar a discutir a legislação eleitoral e partidária. O deputado federal tem de ser nacional — e não distrital, que será novamente o vereador. Uma questão que vem acoplada à do Orçamento é a das comissões permanentes, que só discutem os pequenos projetos dos deputados. As grandes questões não passam por elas. Por exemplo: para discutir a reforma da Previdência, criaram uma comissão especial, e a comissão de seguridade da Câmara, onde supostamente estariam os especialistas, não discutiu o assunto.

Estado — É preciso, então, uma mudança em regra no Legislativo?

Arouca — Sem dúvida nenhuma. Fazer uma revisão do Legislativo. O conceito de revisão deve ser mais amplo que apenas a revisão constitucional, esta sim, uma parte da revisão do Estado brasileiro. E, aí, construir uma coisa nova. Temos de mudar o regimento interno, por exemplo. Veja meu caso: eu tive um projeto de lei seqüestrado.

Estado — Como foi isso?

Arouca — O deputado Nobel Moura (PSD-RO, ameaçado de perder o mandato por causa da compra de filiações partidárias) pediu vistas e nunca mais devolveu. Ele tinha duas sessões, e já se passaram três meses. E não tem ninguém que consiga fazê-lo devolver.

Estado — Nesse sentido, o que a Comissão Arouca poderá fazer?

Arouca — Existem muitas propostas em discussão. Precisamos mexer na legislação eleitoral e partidária e, dentro disso, no mecanismo de financiamento de campanhas. Nós do PPS já havíamos proposto o fim do sigilo das doações, mas não conseguimos aprovar. A CPI mostrou agora a necessidade dessa medida. Precisamos mudar o pacto federativo, acabar com o passeio do dinheiro e acabar com todo esse modelo clientelista que está montado aí. Depois de tudo o que vimos, como fica o Legislativo: vai punir seis ou sete deputados ou vai mudar seus procedimentos? (L.B.)